



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Desporto
e Juventude

Deputado Firmino Lopes

A ambiguidade das orientações no regresso às aulas em regime presencial dadas pelo Ministério da Educação aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para que atualizem os seus planos de contingência à retoma das atividades letivas presenciais é patente pelas dúvidas suscitadas nos diretores dos agrupamentos de escolas, professores, alunos e aos seus encarregados de educação.

A falta de clareza das “orientações” obrigaram os Secretários de Estado da Educação a desdobrarem-se em inúmeras entrevistas a tentar clarificar aquilo que não é claro.

As dúvidas foram crescendo quanto ao número de disciplinas a frequentar presencialmente pelos alunos do 11º e 12º anos, à forma de substituição dos professores, à divisão das turmas para garantir as regras de distância, ao fornecimento de equipamentos de proteção individual e de materiais de desinfeção.

As escolas têm menos de 10 dias para abrirem em condições de segurança.

A impossibilidade para pôr em prática várias das “soluções” apontadas pelo Ministério da Educação cuja operacionalização é “empurrada” para as escolas sem lhes confiar os instrumentos e recursos imprescindíveis para fazer face a uma situação excecional, não asseguram um ambiente de confiança no regresso à escola.

O desconforto da Senhora Secretária de Estado, Susana Amador, nas declarações que prestou no dia 8 de maio à SIC foi evidente. Ao declarar: *”as escolas e cada diretor saberá em função da sua organização e dos seus horários, quais os professores com que pode contar e aqueles com que não pode contar. Os cenários que nós damos é o da distribuição de serviço, a possibilidade de troca de turmas e, ainda, o recurso aos mecanismos da legislação que permitem a substituição por necessidades temporárias recorrer às reservas de recrutamento que operam todas as semanas. Depois, se não houver colocação através das reservas, temos a contratação de escola que é muito rápida e opera num prazo de 4 dias.”*, apesar de ter conhecimento da equação que oferece às escolas não tem solução dado só existirem 28 dias úteis até ao fim do ano letivo.

Ora como não há tempo para esperar, o Partido Social Democrata está profundamente preocupado com a exequibilidade das ditas “soluções” assim como com a efetiva entrega em quantidade e diversidade de equipamentos de proteção individual, dispositivos e material para a desinfeção e higienização das instalações escolares.

Como aquilo que temos ouvido do Ministério da Educação é “vai tudo ficar bem”, considera de extrema importância ouvir os representantes das associações de diretores de agrupamentos de escolas e das associações de pais e encarregados de educação para obter esclarecimentos sobre os meios e recursos que efetivamente estão a ser alocados às escolas e se sentem em segurança para a retoma das atividades letivas no dia 18 de maio.

Nesta conformidade, vem o Grupo Parlamentar do PSD requerer, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, que a Comissão de Educação, Ciência, Desporto e Juventude delibere ouvir, com a **maior urgência possível**:

1. Dr. Filinto Lima, Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas

2. Dr. Manuel Pereira, Presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas
3. Dr. Jorge Ascensão, Presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais

Palácio de S. Bento, 8 de maio de 2020

Os Deputados,

Luís Leite Ramos

Cláudia André

António Cunha

GRUPO
PARLAMENTAR

